

## **Relato e Deliberações da Reunião da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular**

Câmara dos Deputados – Anexo II – Corredor das Comissões (Plenário 8)

7/3/2018 – Quarta feira, 14h

Parlamentares Presentes: Senador João Capiberibe (PSB/AP), Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Deputado Cesar Halum (PRB/TO), Deputada Janete Capiberibe (PSB/AP), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Deputado Weliton Prado (PROS/MG).

Entidades/pessoas presentes: SINDCOP, FENASTC, SINAFRESP, ASFOC-SN, AFBNB, CSP-CONLUTAS, ACISS, SINAIT, SINDILEGIS/FENAFIRC/PUBLICA/ASCAD, ATENS-SN/UNB, ANFIP, SINASEFE, FENAI/SINPRO, CORECON-DF/ SINDECON-DF, CENTRO CULTURAL DE BRASÍLIA, TV COMUNITÁRIA, Auditoria Cidadã da Dívida, Liderança do PRB, Liderança do PSOL, Assessorias de vários gabinetes de parlamentares.

### **Relato da Reunião**

O Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL/PA, Coordenador da Frente Parlamentar no âmbito da Câmara dos Deputados) abriu a reunião citando os projetos em tramitação no Congresso Nacional, constantes da pauta da reunião. Sobre o tema da "Securitização", o PLP 459/2017 (PLS 204/2016 do Senado Federal), o PL 3337/2015 e o PLP 181/2015 tentam legalizar esquema fraudulento que gera Dívida Pública e desvia o fluxo da arrecadação tributária, com graves danos financeiros e econômicos aos entes federados de todas as esferas (Federal, Estadual e Municipal).

O Deputado Edmilson também citou o PL 9248/2017, que prevê novo instrumento financeiro que irá garantir a remuneração diária da sobra de caixa dos bancos (que já tem ocorrido por meio das "Operações Compromissadas" que já atingem quase R\$1,2 Trilhão). Edmilson também mencionou a proposta de apresentação, pela Frente Parlamentar, de uma PEC para estabelecer limite de gastos com a dívida, conforme proposta que já vem sendo construída desde 2016, e informou que até o momento nenhum partido assumiu esta proposta.

O Senador João Capiberibe (PSB/AP, Coordenador da Frente Parlamentar no âmbito do Senado Federal) falou sobre a dificuldade de falar sobre o tema da dívida, devido ao poder do Sistema Financeiro. Falou sobre a necessidade de aumentar a mobilização da sociedade como um todo e sugeriu a contratação de profissional da área de marketing para apoiar nessa tarefa. Falou sobre a Intervenção Federal no RJ e a tentativa governamental de instituir a "Independência do Banco Central".

Maria Lucia Fattorelli (coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida - ACD) expôs resumidamente o esquema da "Securitização de Créditos", mediante o qual os recursos arrecadados dos contribuintes são desviados para "contas vinculadas" e, destas, vão diretamente para investidores privilegiados, sem sequer passar pelo caixa do Tesouro dos entes federados. Apresentação completa anexa. Expôs aos parlamentares as atividades feitas pela ACD contra o PLP 459/2017 (diversas audiências públicas, seminário internacional, diversos folhetos, vídeos em forma de animação, além de visitas aos gabinetes de parlamentares e até uma interpelação judicial), destacando a importância de se elaborar Mandado de Segurança para barrar a tramitação dos projetos relativos ao tema. Maria Lucia também explicou o risco do PL 9248/2017, que cria depósitos remunerados "voluntários", mediante os quais o Banco Central irá garantir a remuneração da sobra de caixa dos bancos de forma sigilosa. Atualmente

essa remuneração se dá por meio da utilização de títulos da dívida e se tem pelo menos a ideia do montante (R\$1,157 trilhão), mas as informações sobre os beneficiários e a remuneração são sigilosas. Com o mecanismo de depósito voluntário, até mesmo o montante dessas operações ficará escondido, gerando despesa pública com essa remuneração diária aos bancos, às custas da população.

O Deputado Cesar Halum (PRB/TO) ressaltou que a dívida pública é o maior câncer que adoce a economia do país, e sua discussão deveria preceder todos os outros temas, como a Previdência, pois tudo depende da dívida, considerada prioridade nacional.

A Senadora Lídice da Mata (PSB/BA) destacou que o recente Congresso do PSB incluiu em suas deliberações o apoio à proposta da Auditoria da Dívida Pública.

O Deputado Weliton Prado (PROS/MG) destacou que hoje quem controla o modo de pensar é o sistema financeiro.

Rodrigo Ávila (Economista da ACD) falou sobre a proposta da Frente Parlamentar de apresentação de PEC para controle dos gastos com a dívida, a fim de fazer o necessário contraponto ao recente debate e aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016, que congelou por 20 anos somente os gastos sociais, deixando fora do teto e sem limite o gasto financeiro com a dívida pública.

Ávila destacou que a PEC a ser apresentada pela Frente visa eliminar os privilégios existentes hoje para o gasto com juros da dívida, e estabelecer limite para este gasto, de modo que o endividamento público deixe de servir meramente para financiar o gasto com os próprios juros da dívida e outras artimanhas financeiras, ou seja, um mero instrumento de transferência de renda da sociedade para o setor financeiro. Ávila destacou que, como sempre, alguns analistas apresentaram discordâncias em relação à PEC, a exemplo de um consultor do Senado Federal. A proposta de PEC segue em anexo a este relato. Para ter acesso ao teor da nota do consultor do Senado e as respectivas réplicas da ACD, solicitar para o email: [contato@auditoriacidada.org.br](mailto:contato@auditoriacidada.org.br).

Rita Felicetti (ANFIP) falou sobre os riscos dos projetos da securitização, enfatizando que os considera bem mais graves até mesmo que a Reforma da Previdência, devido ao imenso dano ao orçamento público.

Zanata (Conlutas) ressaltou o risco dos projetos de Autonomia do Banco Central e da Securitização. Destacou a necessidade de lutarmos para revogar a EC 95, pois o governo tem se utilizado dela para negar quaisquer reivindicações dos servidores públicos. Criticou a contradição do governo, que paga sempre em dia a dívida pública, sem questionamento, mas na hora de cobrar os devedores do fisco, sempre concede mais prazos e parcelamentos (os chamados "REFIS") e até anistias. Destacou também a necessidade de nos mobilizarmos contra os planos de recuperação fiscal dos estados, que incluem a Securitização.

Luis Antonio (SINAIT) denunciou o acordo do Estado do RS com a União, que em troca de uma pequena postergação nos pagamentos de uma questionável dívida, prevê a venda de mais ativos (BANRISUL, SULGAS) à iniciativa privada. Denunciou também que a União não ressarce aos estados as perdas decorrentes da Lei Kandir (isenção de ICMS sobre exportações).

## **Deliberações**

- Disponibilizar aos parlamentares proposta de assistência jurídica para a elaboração de Mandado de Segurança contra o PLP 459/2017, referente à Securitização, mencionada durante a reunião.

- Disponibilizar o texto da proposta da PEC de limite para o gasto com a dívida pública para entidades participantes da Frente Parlamentar e participantes da reunião, solicitando o envio de sugestões para o email [contato@auditoriacidada.org.br](mailto:contato@auditoriacidada.org.br) até o dia 16/3/2018 (uma semana de prazo). Após a compilação das sugestões, a proposta de PEC será enviada para os

parlamentares realizarem debate interno em seus partidos e posteriormente coletarem as 171 assinaturas necessárias.

- O Senador Capiberibe sugeriu a contratação de profissional de marketing que consiga explicar o sistema da dívida e o esquema da securitização de forma fácil para a população.

- O Senador Capiberibe também se comprometeu a colocar os temas debatidos na reunião no âmbito do Fórum dos partidos PSOL, PT, PSB, PDT e PCdoB, a fim de estimular a definição de estratégias conjuntas.

- Maria Lucia Fattorelli propôs enviar informações resumidas aos parlamentares participantes da Frente, a fim de subsidiar discursos e materiais sobre os temas debatidos. Chamou os presentes a prestigiar a atividade da ACD no Fórum Social das Águas (dia 18/03/2018, de 9 às 12h., UnB, Anfiteatro 6 com o tema: "Dívida Ecológica: Somos Credores"); atividade do Movimento Brasil 2022 (dia 13/03/2018 às 18h., UnB, Memorial Darcy Ribeiro "beijódromo", com o tema Ética na Economia e atual agenda do Banco Central para o Legislativo"), informando ainda que a ACD também participará de diversas atividades no Fórum Social Mundial em Salvador.

- O Deputado Edmilson Rodrigues sugeriu uma reunião de trabalho no âmbito do PSOL sobre os projetos da pauta, para se debater os temas com maior profundidade, com indicativo de data para a próxima quarta feira.

- O Deputado Cesar Halum propôs a realização de reuniões nos partidos, com presença dos parlamentares, nas quais Maria Lucia Fattorelli poderia expor sobre os temas. Destacou que considera possível aumentar o número de parlamentares que aceitam nossas teses, embora seja difícil se conseguir unanimidade nos partidos, pois sempre haverá uma parcela contrária. Porém, este trabalho seria de grande valia para barrar projetos nocivos ao país.

- A Senadora Lídice da Mata sugeriu envolver as Fundações dos partidos nestas discussões.

- O Deputado Weliton Prado se colocou a disposição para levar a posição da ACD para o PROS.

Concluída a pauta, o deputado Edmilson Rodrigues encerrou a reunião e solicitou o apoio da ACD no encaminhamento das propostas.